

# O ESPECTRO

CASTIGO SEMANAL DA POLITICA

---

---

De **acetato de morphina**, um grão  
n'uma vasilha perde-se, ninguém o  
sente, n'uma chavena dá o vomito,  
n'uma colher mata — e aqui está o  
pamphleto!

P.-L. COURRIER.

O governo de Sua Magestade Fidelissima está positivamente sem vintem!...

Por mais que o sr. Franco Castello Branco vasculhe nas arcas do Thesouro publico — não encontra nem uma de X... As ultimas eleições deixaram o pobre Thesouro sem pinga de sangue, isto é, sem pinga de reis.

Por mais que o sr. Governo, por intermedio dos seus agentes financeiros, implore de mãos postas os banqueiros de Paris, Amsterdam, Berlim e Francfort — não ha meio de lhes apanhar a miseria de *nove mil contos*...

Portugal já não tem nas praças estrangeiras quem lhe empreste *nove mil contos*! — graças á in-

telligencia diplomatica do sr. Hintze e á dictadura de que o governo usou em larga escala, o que fez acreditar á Europa que a Monarchia entre nós estava dançando sobre um volcão de anarchia e guerra civil.

E o governo, depois de ter espalhado o terror para além das fronteiras, pasma de que lhe não emprestem nem mais um real!

É o mesmo que um negociante espalhar que está com medo de fallir, e ficar furioso com os bancos — porque lhe não descontam mais letras...

\*  
\* \* \*

A triste verdade é que o nome de Portugal já não é hoje bastante garantia para levantar um emprestimo de *nove mil contos* — graças a este governo que a pretexto de «inspirar confiança», faz crêr á Europa que está dando para baixo nos subditos de Sua Magestade, para assim salvar a Monarchia dos furores da onda republicana...

Ora como nós não queremos mais relações financeiras com Londres e só devemos contar com a praça de Paris; e como em Paris os grandes banqueiros, a começar pelo proprio Rotschild, são hoje todos *republicanos* — succede que o governo, com a sua furia anti-republicana e anti-liberal, alienou todas as sympathias da opinião publica e todos os cofres-fortes dos millionarios!

O querer ser mais monarchico que o proprio Rei arrastou o governo a este desastre financeiro.

É agora que vão começar as dôres... Oh! como

a Posteridade ha de rir d'estes nossos governantes, tomando resoluções de afogadilho, como é proprio dos partidos que acceitam o poder sem terem um programma longamente meditado, sem se terem primeiro apalpado, para vêr se levavam algumas ideias para a viagem!

\*  
\*  
\*

Mas perdido o credito no estrangeiro, e para evitarmos a bancarrota, e mais a fiscalisação das receitas e despesas do Estado por uma commissão de credores estrangeiros—tal e qual como no Egypto ou em Tunis—o que resta ao governo fazer?...

Estudar o systema mais rápido de esfolar o contribuinte por meio da applicação caustica de mais impostos.—É o que se deprehende da leitura d'esse aborto oratorio, mais constitucionalmente conhecido pelo nome de *discurso da corôa*—da corôa d'espinhos do Povo!

E de que modo?... em que dolorosa proporção vae o contribuinte ser de novo esfolado?...

É o que eu vou ter a honra de explicar aos meus leitores, mostrando-lhes as promessas feitas pelo governo aos capitalistas francezes, em certos jornaes de Paris, por occasião do novo emprestimo.

Porque hoje em dia, quando um cidadão portuguez quer conhecer o estado das nossas finanças e os projectos financeiros dos governos, não é em Portugal que encontra elementos—é em França, no escriptorio do sr. Ephrussi. É o que os nossos governos chamam—«esclarecer a opinião publica»!

Ora oiçam e meditem—se é que a um cidadão portuguez, sob o governo do sr. Lopo Vaz, ainda lhe é permittido ouvir e meditar...

\*  
\* \*  
\*

Quando este Governo (que Deus guarde) quiz lançar em Paris, no dia 15 d'abril, o empréstimo de 9:000 contos *para obras publicas* (como diziam os cartazes affixados nas esquinas de Paris)—o governo encarregou agentes financeiros de espalharem por certos jornaes, á força de quinhentas notas de mil francos (ou sejam 90 contos), que este empréstimo era um negocio esplendido para os capitaes francezes. E accrescentavam as *réclames* officiaes que—«em Portugal os impostos são *facilmente supportados* por uma nação laboriosa, cujo trabalho é «favorecido pela fertilidade do sólo e *abundancia dos jazigos mineiros (et l'abondance des gisements miniers).*»

Isto traduzido em linguagem corrente quer dizer: — «Senhores capitalistas! Não tenham receio que o governo lhes não possa pagar, pois que o povo portuguez *supporta facilmente* os impostos que o governo lhe impõe. E além d'isso, ha em Portugal minas por toda a parte, inexploradas, e que são uma riqueza incalculavel... É emprestar! é emprestar! que é o nosso povo quem paga, porque para isso é que elle dispõe d'um sólo fertil e de abundantes jazigos mineiros!...»

Hão de confessar que nunca um governo portuguez se lembrou de empregar tão pittorescos pro-

cessos de *réclame* para vender 9:000 contos de títulos. Nem sei como se não lembrou de parodiar os annuncios das pastilhas Géraudel:

## SE VÓS TUSSÍS

tomae titulos portuguezes de 4 %

amortisaveis em 75 annos!!!

\* \* \*

Até estou inclinado a acreditar que, se os cartazes e annuncios do governo portuguez fossem assim redigidos, o emprestimo de 9:000 contos teria sido coberto varias vezes. Porque diriam os capitalistas, os auctores dramaticos e o publico:

— «Ora ainda bem que a canção não mente, e que *les portugais sont toujours gais!* Andamos tão fartos de governos sombrios e mysteriosos, ameaçando todas as manhãs a paz da Europa, que um governo que assim se apresenta tão reinadio, não póde deixar de representar o povo mais feliz e mais prospero da terra... Ora tome lá 9:000 contos, seu pandego! E quando precisar de mais *massa*, é só pedir por bocca...»

Já é tarde para o gabinete do sr. Serpa agarrar ás mãos ambas no meu alvitre... Mas aqui o deixo á disposição dos governos futuros... E já os previno de que lhes não pedirei em troca a embaixada de Vienna!...

Mas ainda mais diziam as *réclames* financeiras do governo, publicadas em certos jornaes de Paris...

O argumento dos *impostos facilmente supportados pela nação*, e mais o das riquissimas minas de que está cheio Portugal, não pareceram ao gabinete que fossem argumentos sufficientemente aduncos para arrancarem 9:000 contos das algibeiras dos parisienses. Era preciso deslumbral-os com mais larga perspectiva de lucros, muitos lucros, para que os diabos se decidissem a largar os cobres!

E então o governo mandou accrescentar e dizer ao ouvido dos capitalistas que — «os encargos orçamentaes só se elevam em Portugal a cerca de 50 francos (9\$000 reis) por cada habitante (*par tête d'habitant*), emquanto que em Italia cada habitante paga 60 francos (10\$800 reis) e em França 84 francos (15\$120 reis).»

Isto tambem traduzido em linguagem corrente quer dizer:

— «Senhores capitalistas! Nós estamos sem vintem, e nós precisamos de nove mil contos! E como somos os governantes d'uma nação *onde os impostos são facilmente supportados* e onde cada individuo paga apenas 9\$000 reis de contribuições, podemos, a exemplo do que faz a França, obrigar cada individuo a pagar, em vez de 9\$000 reis, **15\$120 reis**, o que dá para cada cidadão um augmento annual de **6\$120 reis** de contribuições. E como Portugal conta 4 milhões e 500 mil habitantes, as receitas do

Estado ficarão assim augmentadas, graças ao nosso povinho que supporta *facilmente* os impostos de **27:540 contos** cada anno!... Já vêem, senhores capitalistas, que os 9:000 contos que lhes pedimos estão largamente garantidos, e que em vez de 9:000 até nos podiam emprestar 20:000!»

A este ultimo argumento não puderam resistir os capitalistas francezes. E assim esclarecidos sobre a paciencia ultra-contributiva do portuguez, e a fertilidade do seu sólo, e a abundancia das suas minas, não estiveram nem com uma, nem com duas, e bumba!—não emprestaram os 9:000 contos ao governo!...

\*  
\* \* \*

A esta vergonhosa cambalhota do nosso credito em Paris, para a qual tanto contribuiu a saloia diplomacia do sr. Hintze Ribeiro (no proximo numero explicaremos o caso)—chama o sr. Pinheiro Chagas a *victoria financeira* do sr. ministro da fazenda! (*Correio da Manhã*, 24 d'abril de 90). E diz mais que o ministro «conseguiu contratar o emprestimo em condições extraordinariamente admiraveis.»

Mas *admiraveis* para quem?... Para o paiz?... Para o Estado?... É o que o sr. Chagas nos não diz; é o que nós vamos dizer ao publico.

Condições *extraordinariamente admiraveis*—para o sr. Ephrussi e mais socios, que deviam dar ao governo portuguez 9:000 contos por 9:889 contos de reis que deviam receber dos subscriptores... ou sejam 889 contos de reis de lucros!

Meu povo! é aguentar, calar e sorrir, que para

estes desperdícios é que tu tens sólo fertil e minas a rôdo!

Assim o affirma o governo aos banqueiros de Paris.

\*  
\* \*

De modo que, attendendo ao desastre do empréstimo e ao que nos diz o *discurso da corôa*, todo o portuguez deve pacientemente esperar que o sr. Franco Castello Branco lhe applique, sobre a algibeira, hoje, amanhã, d'aqui a um mez ou d'aqui a uma hora, um forte sinapismo Rigolot e adicional de **6\$120 reis**, para que a falúa do Estado possa continuar navegando sem mór difficuldade...

Quando no dia 19 d'abril Sua Magestade, na sua qualidade de *chave* de toda a organização politica, tentou abrir o parlamento—operação que tenta pela terceira vez sem alcançar abril-o definitivamente—Sua Magestade houve por bem dizer aos Dignos pares do reino e Senhores deputados da nação portugueza:

—«O meu governo apresentará diversas propostas de lei, melhorando algumas fontes de receita, «de modo a obter d'ellas o *maximo producto*, sem «aggravar *sensivelmente* a situação dos contribuintes.»

Aquelle *sensivelmente* que Sua Magestade entornou de seus labios sobre o seio da representação nacional, vale bem mais que um poema—vale mesmo os 9:000 contos!

Ora comparando o discurso da corôa do dia 19 d'abril com as *réclames* financeiras publicadas pelo

governo portuguez em varios jornaes de Paris no dia 15 do mesmo mez d'abril, podemos asseverar, sem *offensa* para Sua Magestade nem para o seu governo, que Sua Magestade queria dizer, não o que disse, mas o que segue:

— «O meu governo, depois de graves e profundas meditações financeiras, descobriu que cada habitante paga em França 15\$120 reis de contribuição, enquanto que cada habitante em Portugal paga sómente 9\$000 reis; e que esta prodigiosa desproporção não póde continuar, sem grave risco para o bom nome d'um paiz que se diz civilisado! N'este sentido, o meu governo vos apresentará varias propostas de lei, determinando um augmento de contribuições de 6\$120 reis por habitante, para assim nos podermos equiparar aos paizes mais adiantados nos progressos de bem sugar o contribuinte.

«Com o auxilio da Divina Providencia e do meu ministro da fazenda conto que o resultado dos nossos trabalhos será util ao thesouro, aos banqueiros que nos fiam, á causa da patria e da civilisação.

«Está aberta a sessão!»

\*  
\* \*

E ainda ha ingenuos que acreditam que é mais difficil em Portugal ser ministro da fazenda, do que merceeiro ou vendedor d'agua fresca! E que só o sr. Franco Castello Branco—um genio e um sabio em materia financeira, segundo é voz publica e *regeneradora*—é capaz de sahir dos mais graves apuros financeiros!...

Oh ingenuos!... Qualquer de vós dá um tão mau ministro da fazenda como a quasi totalidade dos que tem possuido Portugal!

O governo precisa de dinheiro? Estão exhaustos os cofres? Correm perigo os ordenados dos dois milhões de *mangas d'alpaca* que o Estado alimenta? Os capitaes estrangeiros não querem os nossos titulos de divida? Ah! elles não querem?!...

Saltam os mappas comparativos das contribuições entre os differentes paizes! Qual é o paiz onde o cidadão paga maior contribuição?... É a França?... E quanto paga cada cidadão em Portugal?... Ha pois uma differença, *para menos*, no nosso paiz, de 6\$120 reis...

Equiparemos portanto o contribuinte portuguez ao contribuinte francez; multipliquemos a differença por 4.500:000 habitantes; e assim teremos as receitas augmentadas de 27:540 contos!

Nós precisamos já, já, para os correligionarios famintos, de 9:000 contos. E como estamos e estaremos sempre em dictadura, lancemos um decreto pelo qual o contribuinte é obrigado a pagar no prazo de oito dias, a metade d'este adicional de 6\$120 reis. Assim teremos, dentro de oito dias, nos cofres do thesouro, uma somma de 13:770 contos, isto é, mais 4:770 do que nós precisavamos!...

Ora garanta-me o sr. Serpa Pimentel que o paiz *supporta facilmente os impostos*, como affirmou aos banqueiros de Paris; que o paiz se não zanga e me não corre á pedra... ou a tiro, que assim lhe salvo as finanças.

E póde estar certo o sr. Hintze de que lhe não pedirei em paga do serviço, nem a embaixada de

Vienna, nem a fiscalisação dos consulados portuguezes na Europa.

Nunca ousaria privar a Diplomacia e o Corpo consular portuguez das luzes com que os illuminam o sr. Conde de Valenças, mais o sr. Visconde de Faria.

Oh! nunca! nunca!...

---

Em nome da antiga e muito bella oratoria portugueza, apoiado n'este meu pedido pelas *Novidades*, *Tempo*, *Dia* e *Diario Popular*, jornaes que ninguem ousará considerar como inimigos das instituições, —tenho a honra de pedir ao Parlamento que vote uma verba que permita ao sr. Ministro da Instrucção publica aggregar, quanto antes, á augusta pessoa do Chefe do Estado, um professor de grammatica e um professor de rhetorica. Assim se evitará que de futuro a mesma augusta pessoa repita as banalidades e os erros que no dia 19 d'abril, em S. Bento, houve por bem verter sobre o seio da representação nacional.

O *Dia* do sr. Antonio Ennes, publicando o discurso da corôa, diz que está redigido n'uma *lingua bunda!* O meu dictionario explica-me que lingua bunda—«é a lingua dos negros do Congo, de Angola e de Benguella; e, por analogia, linguagem «corrupta e dissonante.» Sua Magestade servindo-se d'uma *linguagem corrupta* para abrir o parlamento!

O *Tempo* do sr. Carlos Lobo d'Avila achou esse

discurso — «banal, tão pobre d'estylo como escasso de ideias». Oh! oh! El-Rei sem ideias para abrir a sessão!

O *Diario Popular* do sr. Mariano de Carvalho achou-o «insipido na fórma».

As *Novidades* do sr. Emygdio Navarro limitaram-se a transcrever todas estas *offensas*, o que é um crime previsto pelo § 4.º do artigo 70.º da lei de 9 de abril, que trata da *reproduccão*.

E as auctoridades, diante d'estes ataques ao discurso do Rei, cruzaram os braços e deixaram em paz os delinquentes...

\*  
\* \* \*

Agora pergunto eu:— Quando qualquer de nós, subditos do rei de Portugal, profere palavras e faz affirmações em publico, isto no uso pleno da sua liberdade e das suas faculdades mentaes, sem ser a isso coagido por malfeitores, ou por suggestão d'um poder occulto — é ou não é responsavel pelo que diz?... É.

E quando, n'um discurso, o Rei falla do seu reinado, do «desempenho dos seus deveres constitucionaes», do quanto lhe é «grato vêr-se rodeado dos representantes do povo portuguez» — é ou não é, n'esse momento, o Rei que pensa, que falla, que mexe os beiços, que dá á lingua e que gesticula?... É.

Como querem então os srs. dictadores que se respeite o Rei, quando o *Dia* nos vem dizer que o Rei de Portugal, quando falla, falla como os preti-

nhos do Congo; quando o *Tempo* nos affirma que o ultimo discurso do sr. D. Carlos I é o discurso d'um orador «banal, tão pobre d'estylo como escasso d'ideias»; e quando as *Novidades* transcrevem tudo isto a sorrir, com sorrisos de profundo scepticismo?!...

Ah! os pobres reis constitucionaes, como eu os lamento e como eu os lastimo!

A' força das constituições os quererem tornar *irresponsaveis*, são indirectamente o alvo de todas as facecias, de todas as irreverencias, de todos os piparotes da opposição.

Quando teem de mostrar realmente que são Reis e que reinam; quando teem de dizer duas palavras ao parlamento, são elles que as dizem — mas são os governos que lh'as escrevem! E quando chamam aos discursos da Magestade «discursos banaes e escassos de ideias», El-Rei responde: — «Não é commigo, é com o meu governo!...»

Nunca são os Reis que pensam, que fallam, que riem, que choram, que se interessam pelo paiz, pelo povo, pela victima dos governantes. São os governos que, para os actos solemnes e officiaes, magnetizam os monarchas, e estes fazem então o que os governos querem que elles façam e elles digam!

E Suas Magestades, no topo do Systema monarchico-representativo, são figuras inertes e adormecidas, á espera que os governos lhes gritem, como

Christo ao paralytico: *Surge et ambula!*... E é então que Suas Magestades acordam, para convencerem o povo de que ainda não perderam a falla!

\* \* \*

Oh admiravel Systema monarchico-representativo, como tu és impagavel! Oh infelizes monarchas constitucionaes, como vós sois divertidos!

E como eu prefiro mil vezes esta nobre, altiva e audaciosa figura do imperador Guilherme II que se julga um enviado da Providencia para dar ao seu povo a paz e a prosperidade, e que diz n'um banquete, diante dos burguezes de Hamburgo:

— «E ai d'aquelles que se quizerem oppôr á minha vontade, porque os farei em mil pedaços!...»

Sente-se, ao menos, que ha diante de nós um Rei, um Senhor, um Tyranno!

Sim, meus amigos, sente-se alli o grande Tyranno, considerando os allemães como seus proprios filhos, cuja paz e prosperidade lhe foi confiada por um decreto da Providencia; o Tyranno ideal dos philosophos—o *sabio tyranno*, de Platão e de Renan... É não o Rei ao qual uma constituição obriga a dizer ao seu paiz o que não pensa e o que não sente—pensando, sentindo, fallando e gesticulando, segundo o texto e as rubricas do sr. Presidente do Conselho!

É o que os apologistas do Systema monarchico-representativo chamam—um **Rei**.

É o que os dictionarios e o mais simples bom-senso chamam—um **Actor**.

Ora a essas augustas pessoas, no desempenho dos seus papeis constitucionaes, eu tenho o mau gosto de preferir o Taborda, o Valle e o Silva Pereira!

Por muitas razões que, na quadra que estamos atravessando, me parece imprudente explicar em publico...

\*  
\* \*

Já sei o que vão responder os apologistas do systema ás minhas reflexões sobre o *discurso da corôa* — «que tudo no systema são meras ficções que não fazem mal a ninguem.»

Pois acabem com as *ficções*, porque já passaram de moda! E se querem que a imprensa e o povo respeitem o Chefe do Estado, não o colloquem na situação de ter de proferir discursos em que o Chefe do Estado falle da sua pessoa e dos negocios da nação — «n'uma linguagem *bunda*, onde não ha estylo nem ideias!»

Para que um systema seja respeitado é preciso que seja racional e seja sério. Toda a gente respeita um crucifixo, porque toda a gente sabe, á luz da rasão e da historia, que esse objecto é a imagem do soffrimento e do sacrificio por uma ideia. Tirem o crucifixo: ponham no seu logar um realejo; exijam de nós o mesmo respeito e a mesma admiração; e apesar de *lei das rolhas*, de policias civis de chanfallo em punho e de cadeias abertas para receberem os irreverentes — toda a gente rebentará n'uma estrepitosa gargalhada!

O mesmo acontece com o *discurso da corôa*. Ou é

o Rei que nos falla, ou é o governo que lhe escreve o discurso. Se não é o Rei quem falla, quando o Rei vae mexer os beiços e dar á lingua no parlamento, então reformem o systema, evitando-lhe os ridiculos.

N'um parlamamento querem-se actos simples, claros, precisos, sem ficções e sem mascaradas. Hoje mais do que nunca!... Estamos sob o peso d'uma offensa brutal da Inglaterra; d'um desastre financeiro em Paris; d'um perigo de crise monetaria; e—quem sabe!—d'um perigo imminente de bancarrota!

Querem por acaso os governantes que Portugal passe pela vergonha de soffrer um conselho de credores estrangeiros como o Egypto, ou um protectorado como Tunis?...

A situação não póde ser nem mais precaria nem mais angustiosa... E ai d'aquelles que chamam ás derrotas *victorias*; ai de todos que andam levianamente a brincar com o fogo—porque uma crise economica póde trazer, depois de tanta provação, uma crise mais grave que os póde estrangular a todos!...

\*  
\* \* \*

É por isso que queremos conhecer exactamente qual é o estado da nação; quaes as crises que é preciso evitar; quaes os sacrificios que nós todos, portuguezes, devemos fazer; qual o espirito *governativo* ou *reinadio* que anima o Monarcha; quaes as ideias que desejam pôr em pratica os governantes...

E não se fiem na dictadura! Quando se chega á

decadencia politica a que nós descemos, não ha dictaduras, nem dictadores, nem tyrannetes, nem Viscondes de Paço d'Arcos, nem policias civis, nem cavallos da municipal, nem discursos do sr. Arroyo para conter a onda—porque a onda tudo ha de afogar!

Todos nós raciocinamos e pensamos hoje assim, pela simples razão que as ideias se transformam, que as gerações progridem, e que hoje não podemos viver com as ideias e as leis de 1826.

Estamos fartos de *ficções* constitucionaes e de *praxes* governativas. Estamos fartos de todas essas comedias e ridiculos que teem sido a causa da nossa decadencia politica e moral.

E tantas vezes vae o ridiculo á fonte de S. Bento, até que lá fica!...

---

Este governo (que Deus guarde) de cada vez que toma *uma* resolução, tem a habilidade de praticar pelo menos *tres* asneiras—o que é uma proporção assaz satisfactoria para o engrandecimento da patria.

Assim, para dotar o paiz com uma *censura dramatica*, nomeia quatro censores que se recommendam aos theatros justamente por nunca terem entrado n'um palco—nem mesmo para serem pateados!

São os srs. Fernandes Costa, Luiz Augusto Palmeirim, Alberto Pimentel e Zacharias d'Aça.

Tirem d'esta ronda o sr. Fernandes Costa, o unico

homem de lettras da ronda que merece a sympathy dos escriptores, e digam-me o que sahirá d'este tribunal de critica litteraria onde dominam :

1.º O sr. Luiz Palmeirim, vulgò:

«Que poeta que não era  
Da linda Ignez o cantor!  
Quem mais do que elle dissera  
D'esse féro Adamastor?...»

2.º O sr. Alberto Pimentel, por antonomásia — a feira da ladra da litteratura portugueza.

3.º O sr. Zacharias Aça, mestre Zacharias, critico official da *espitula* indigena, critico educado nos chromos das lojas de modas e nos mamarrachos da nossa Academia (vidè collecção Carvalhide).

Mas se a memoria me não falha, Lisboa ainda conta auctores, traductores e criticos dramaticos para elegerem entre si os seus *censores*. Penso que ainda são d'este mundo os srs. Antonio Ennes, Pimheiro Chagas, Ramalho Ortigão, Latino Coelho, Fernando Caldeira, Lopes de Mendonça, D. João da Camara, Teixeira de Queiroz, Silva Pinto, Rangel de Lima, Ferreira de Mesquita, Gervasio Lobato, Moura Cabral, Maximiliano d'Azevedo, Salvador Marques, Sousa Bastos, Marcellino de Mesquita, Joaquim Miranda, Lino d'Assumpção, Abel Accacio, etc....

Sómente o governo é que não quiz — nem nunca quer — proceder correctamente, convidando os homens de lettras a nomearem os seus juizes; e isto por muitas e aviltantes razões, sendo a ultima:

— que o governo não quer *censores dramaticos*, mas sim cabos de policia dramatica!

\*  
\* \* \*

Por isso collocou em minoria o sr. Fernandes Costa, e tenciona nomear cabo vitalicio o sr. Alberto Pimentel. Para esse fim o transparente e des-sorado sr. Pimentel (Alberto para as damas) receberá das mãos de ferro do sr. Visconde de Paço d'Arcos uma farda de policia, tendo no képi uma penna de pato, e tendo á cinta um chanfalho, uma tesoura e um tinteiro de . . . pau do ar.

No momento da solemne investidura, Pimentel ajoelhará aos pés do sr. Governador Civil, que o armará *ensor*, mettendo-lhe o chanfalho na dextra e a tesoura na sinistra. Depois do que, lhe apontará para uma ruma de originaes, gritando-lhe aos ouvidos:

— «A elles, meu Alberto, sem dó e sem piedade! Precisamos educar o gosto do publico; precisamos regenerar o velho Portugal! Que todos os auctores, d'aqui para o futuro, pensem como tu, versem como Palmeirim, e escrevam como Zacharias! Oh! que esse dia abençoado se não faça esperar, para gloria d'estes reinos, lustre d'este reinado e socego d'este governo! A elles pois, meu Alberto, sem dó e sem piedade! . . . Se fôr preciso queimar Gil Vicente, Camões e Garrett, queima, sem hesitar, todos esses estafermos! O que nós queremos que deslize e fructifique em terras de Portugal, é o teu espirito, Pimentel! E mais o vosso verso, Palmeirim! E mais a vossa prosa, Zacharias! . . . Córta, meu Alberto, córta; e se algum auctor se zangar, cá fica a policia ás ordens!»

E assim se estabeleceu a censura dramatica, sem nenhuma prova de consideração pelos homens de letras do nosso paiz... Apoiado, dictadores, apoiado! É rir, é folgar, amigos tyrannos, emquanto é tempo... Lá diz o poeta:

Porque, ai! *o pagode* é como a flôr do lotus  
Que em cem annos floresce apenas uma vez!...

*Mariano Pina.*